

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 350/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMI- NHÃO N.º 188 DA FROTA MUNICI- PAL. LEI N.º 14.133/2021. CONTRA- TAÇÃO POR DISPENSA DE LICI- TAÇÃO. POSSIBILIDADE.

Trata-se de processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 75, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, conforme colacionamos:

A solicitação da contratação é oriunda da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, por meio dos Memorandos Internos nº 442, 463 e 506/2023, datados, respectivamente, de 07/08, 16/08 e 18/09/2023, dando conta da necessidade da contratação de 02 (duas) empresas especializadas, para o fornecimento das peças, destinada à realização de manutenção do caminhão nº 188 da frota municipal.

De posse das demais informações dos Autos do Processo nº 231/2023, passou-se à análise, constando em anexo os seguintes documentos:

- Memorandos Internos nº 442, 463 e 506/2023, datados, respectivamente, de 07/08, 16/08 e 18/09/2023, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, dando conta da necessidade e solicitação da contratação;
- Proposta/Orçamento da empresa MECÂNICA RISTOW, inscrita no CNPJ nº 13.686.411/0001-24, no valor de R\$ 3.538,51;
- Proposta/Orçamento da empresa GUESDES AUTOMOTIVE, inscrita no CNPJ nº 91.661.769/0001-06, no valor de R\$ 3.923,00;
- Proposta/Orçamento da empresa ROGÉRIO ALFER ME, sem indicação do CNPJ nº, no valor de R\$ 3.868,00.
- Proposta/Orçamento da empresa KADERLI MOTOR PEÇAS, inscrita no CNPJ nº 03.024.502/0001-40, no valor de R\$ 1.087,99;
- Proposta/Orçamento da empresa ISER E ISER LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.966.699/0001-28, no valor de R\$ 1.197,07;

- Proposta/Orçamento da empresa RETIPASSO RETIFICA DE MOTORES LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.278.090/0001-40, no valor de R\$ 1.142,25.

Foi solicitada a contratação das 02 empresas que apresentaram os menores orçamentos, quais sejam, MECÂNICA RISTOW, inscrita no CNPJ nº 13.686.411/0001-24, no valor de R\$ 3.538,51 e KADERLI MOTOR PEÇAS, inscrita no CNPJ nº 03.024.502/0001-40, no valor de R\$ 1.087,99, para fornecimento da lista de peças necessária à manutenção do veículo, constando dos Autos a documentação de habilitação respectiva, a qual cumpre os requisitos legais.

É o breve relatório.

Vieram os autos para exame e parecer.

Com efeito, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

No que tange à contratação pretendida, a Lei nº 14.133/2021 prevê a hipótese de Contratação Direta, na modalidade de Dispensa de Licitação, com limitação especial de valor, quanto tratar-se de manutenção e peças de veículos, conforme colacionamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; (Vide Decreto nº 11.317, de 2022)

...

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

...

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças. (Vide Decreto nº 11.317, de 2022)
(Grifamos)

Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico.

Além da previsão do contido no artigo 75, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, é obrigatório

o cumprimento de outros requisitos legais, nos termos do artigo 72 da citada Lei de Licitações.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Analizados os documentos constantes no processo de contratação nº 231-2023, constata-se que houve o cumprimento dos requisitos legais e obrigatórios.

Consta nos autos documento de formalização da demanda que discrimina o objeto da contratação almejada, na figura dos Memorandos Internos, atendendo o disposto no artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 (artigo 72, inciso II), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso VII), constando dos Autos a Reserva de Dotação orçamentária no Projeto/Atividade 2028 (Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos), Despesa 3.3.90.30 (Material de Consumo), Recurso 5 (Recurso Livre), FR 502 (Não vinculados da compensação de impostos).

O documento (Reserva de Dotação Orçamentária) demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (artigo 72, inciso IV), bem como os documentos do futuro contratado (orçamento, documentos de habilitação e certidão de regularidade fiscal), ora anexados, comprovam que o particular preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária nos termos do artigo 72, inciso V, da Lei 14.133.

A razão da escolha do futuro contrato está pautada em critério objetivo, qual seja melhor preço, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, conforme declaração expressa da Secretaria solicitante, contida nos Autos.

Em face do exposto, sob o aspecto jurídico, opina-se pela legalidade da contratação direta, nos termos do artigo 72 e artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Este é, salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 02 de outubro de 2023.



Luiz Felipe Waihrich Guterres
Assessor Jurídico
OAB-RS nº 86.826